



Exercícios VUNESP

Compilação de questões de provas da VUNESP sobre **Di-
reito Constitucional**, especificadamente: princípios fun-
damentais; direitos fundamentais; disposições gerais so-
bre administração pública; servidores públicos; órgãos
do poder judiciário; e segurança pública.

Estas questões visam estudos para os concursos da **Polí-
cia Civil** e do **Tribunal de Justiça**, ambos do Estado de
São Paulo.

Rodrigo Cavalheiro Rodrigues
MULTIVERSO JURÍDICO

Sumário

1 Princípios Fundamentais.....	1
2 Direitos e Garantias Fundamentais.....	1
2.1 Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	1
2.2 Direitos Sociais.....	7
2.3 Nacionalidade.....	9
2.4 Direitos Políticos.....	10
3 Administração Pública.....	11
3.1 Disposições Gerais.....	11
3.2 Servidores Públicos.....	13
4. Poder Judiciário (art. 92).....	14
5. Segurança Pública (art. 144).....	15
Gabarito.....	16

1 Princípios Fundamentais

(Apenas para o concurso da Polícia Civil)

01. 2016 - Agente de Administração (IPREF)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- a) promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) atuar pela prevalência dos direitos humanos.
- d) erradicar o pluralismo político.
- e) promover o repúdio ao racismo e ao terrorismo.

02. 2014 - Fotógrafo Técnico-Pericial (PC SP)

Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo, como um de seus fundamentos,

- a) a erradicação da pobreza em todos os níveis.
- b) os valores sociais do trabalho.
- c) o serviço militar obrigatório.
- d) o combate a todas as formas de discriminação de raças.
- e) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

03. 2016 - Técnico de Administração (PM SP)

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, entre outros:

- a) a soberania; a cidadania e o pluralismo partidário.
- b) a soberania; a autodeterminação dos povos e a dignidade da pessoa humana.
- c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a prevalência dos direitos sociais, políticos e individuais e a cidadania.
- d) a soberania; a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) a dignidade da pessoa humana; o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

04. 2014 - Técnico de Administração (PM SP)

O artigo primeiro da Constituição Federal trazos fundamentos da República Federativa do Brasil, nos quais, dentre outros, é expressamente previsto(a)

- a) o direito à greve.
- b) a independência nacional.

- c) a igualdade entre homens e mulheres.
- d) o pluralismo político.
- e) o direito à propriedade.

05. 2013 - Polícia Civil - SP - Agente Policial

É característica essencial do Estado Democrático de Direito:

- a) a soberania popular.
- b) o Estado forte e centralizador.
- c) o governo das minorias.
- d) o respeito ao poder das elites.
- e) o sistema autocrático de governo.

06. 2014 - Oficial Administrativo (PC SP)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado

- a) democrático de Direito.
- b) burocrático.
- c) autoritário.
- d) socialista progressista.
- e) humanitário social.

07. 2013 - ITESP - Advogado

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

- a) o pluralismo político.
- b) a autodeterminação dos povos.
- c) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) a concessão de asilo político.
- e) a solução pacífica dos conflitos.

08. 2014 - Técnico em Laboratório (PC SP)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, possui, entre outros, o objetivo de

- a) cooperar com outros povos para o progresso da humanidade.
- b) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) combater a escravidão, a servidão e o tráfico de mulheres.
- d) buscar a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina.

e) assegurar o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

09. 2013 - Polícia Civil - SP - Papiloscopista Policial

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, entre outros,

- a) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) a igualdade entre os povos.
- c) o partidário político.
- d) o desenvolvimento nacional.
- e) o respeito aos presos.

10. 2013 - Polícia Civil - SP - Agente Policial

No Brasil, conforme prevê a Carta Magna, a cidadania

- a) é um direito absoluto de todos os brasileiros e estrangeiros.
- b) restringe a proteção dos direitos humanos aos brasileiros.
- c) é um objetivo fundamental da República Federativa.
- d) é um fundamento da República Federativa.
- e) limita-se a garantir o direito de voto.

11. 2013 - Polícia Civil - SP - Investigador de Polícia

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo seguinte princípio:

- a) colaboração entre os povos para a evolução religiosa da humanidade.
- b) construção de uma sociedade internacional livre, justa e solidária.
- c) fruição total e absoluta dos direitos humanos.
- d) autodeterminação dos povos.
- e) uso autorizado da força para resposta aos ataques terroristas internacionais.

12. 2014 - Oficial Administrativo (PC SP)

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- a) a Federação brasileira, os Estados e os Municípios.
- b) o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria Geral do Estado.
- c) o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados.

d) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

e) o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos.

2 Direitos e Garantias Fundamentais

2.1 Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

13. 2015 - Juiz Estadual (TJ SP)

Ao analisar decisões do Supremo Tribunal Federal na aplicação do princípio da igualdade, por exemplo na ADPF 186/DF (sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas), é correto afirmar que

- a) as discriminações positivas correspondem a maior efetividade ao princípio da igualdade.
- b) a Constituição Federal não estabelece distinção entre igualdade formal e material.
- c) o princípio da igualdade é absoluto no que se refere à igualdade de gênero.
- d) a diferença salarial entre servidores com igual função em diferentes entes públicos não se sustenta diante do princípio da isonomia, a justificar revisão por parte do Judiciário.

14. 2015 - Agente (CM Jabo)

Um jornalista interpôs recurso contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) que reformou decisão de primeiro grau e o condenou por danos morais contra um ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por abuso no direito de informação. Em sua defesa, o jornalista alegava que a decisão do TJ-SP violou os artigos 5º, inciso IV, e 220 da Constituição Federal, que asseguram

- a) ao jornalista o direito de criticar, sem censura, qualquer cidadão.
- b) que o abuso ao direito de informação só se configura na ausência de provas do noticiado.
- c) fórum privilegiado a todos os jornalistas profissionais.
- d) que todos os processos relacionados a danos morais devam ser movidos contra a empresa jornalística a que o profissional está vinculado.
- e) o direito à livre manifestação do pensamento e da informação.

15. 2015 - Juiz Estadual (TJ SP)

Diante de informação relativa a iminente publicação de matéria considerada ofensiva à intimidade e à honra de autoridade pública em jornal local, nos termos definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 130/DF, é possível conceder ordem judicial que

a) assegure, após configurado o dano causado à honra e à intimidade, a sua reparação.

b) proíba a inserção da matéria considerada ofensiva naquela publicação jornalística, embora autorizada sua circulação.

c) proíba a circulação da publicação jornalística considerada ofensiva, com base no art. 5º, V e X, da Constituição Federal.

d) imponha alteração do conteúdo da matéria a ser divulgada, a fim de riscar ou suprimir expressões ofensivas à honra e à intimidade da vítima.

16. 2016 - Analista (AMLURB)

Considerando o que estabelece a Constituição Federal a respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, é correto afirmar que

a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo, todavia, exigida a prévia autorização da autoridade competente.

b) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não cabendo, neste caso, qualquer tipo de indenização ao proprietário, mesmo se houver dano.

d) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

e) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, exceto nas hipóteses previstas em lei federal.

17. 2015 - Advogado Junior (CRO SP)

A respeito dos direitos e garantias fundamentais relativos ao direito à intimidade e à vida privada, a Constituição Federal de 1988 prevê que

a) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

b) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano exclusivamente moral decorrente de sua violação.

c) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional e à investigação dos crimes hediondos e aqueles que lhe forem equiparados por lei.

d) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de investigação ou instrução processual cível ou penal.

e) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, sendo exigível a licença prévia se tais manifestações atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade.

18. 2016 - Agente (IPSMI)

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o direito à liberdade, como previsto na Constituição Federal de 1988.

a) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, desde que assegurado o direito de resposta.

b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja licença prévia da autoridade competente.

c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e tenha sido concedida a devida autorização prévia.

d) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, ainda que elas possuam caráter paramilitar.

19. 2013 - MPE - ES - Agente de Promotoria - Secretaria

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, expressamente previstos no artigo 5º da Constituição da República, é correto afirmar que é livre

a) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja licença prévia de autoridade competente.

b) o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualificações profissionais que a lei exigir.

c) a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

d) a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, nos termos da lei.

e) o exercício de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo em caso de cumprimento de obrigação legal a todos imposta.

20. 2016 - Tecnólogo de Administração (PM SP)

Quanto à proteção do direito à liberdade, a Constituição Federal assegura que

- a) é livre a manifestação do pensamento, garantindo-se o anonimato quando necessário à preservação do sigilo dos atos praticados pelos agentes públicos no exercício profissional.
- b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mediante prévia licença.
- c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, podendo a lei estabelecer as qualificações necessárias ao exercício profissional.
- d) a criação de associações e cooperativas depende de lei específica autorizadora, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados até 24 horas ao juiz competente ou à família do preso e à pessoa por ele indicada.

21. 2013 - MPE - ES - Promotor de Justiça

Com relação à liberdade de associação, assinale a alternativa que está expressamente de acordo com o texto constitucional.

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- b) É plena a liberdade de associação, para fins lícitos, incluindo a de caráter paramilitar.
- c) A criação de associações e a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, a não ser por meio de convenção coletiva.
- e) As entidades associativas, ainda que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para exigir contribuição de trabalhadores não filiados, mas que sejam da categoria por elas representada.

22. 2014 - Procurador de Universidade Assistente (UNICAMP)

No tocante aos direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece que

- a) as associações somente podem ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- b) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à Administração Pública direta ou indireta.

c) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

d) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor dos danos causados.

e) não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de interdição de direitos; de banimento; e cruéis.

23. 2013 - MPE - ES - Agente Técnico - Contador

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o acesso a informações públicas é um direito fundamental garantido a todos os cidadãos, o qual, no entanto, pode ser restringido na seguinte hipótese prevista, expressamente, no texto constitucional:

- a) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) quando necessário manter o sigilo para preservação da intimidade e da vida privada.
- c) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança pública e de interesse da administração pública.
- d) se a divulgação da informação puder potencialmente causar prejuízo aos interesses de setores estratégicos da administração do Estado.
- e) se a informação solicitada revelar dados particulares de altas autoridades do governo federal, estadual ou municipal.

24. 2013 - Escrevente TJSP

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- a) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- b) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, o sexo e o grau de escolaridade do apenado.
- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei de seus países de origem.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse e desenvolvimento tecnológico das empresas.

e) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a multa, imposta em processo criminal, ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.

25. 2014 - Analista (DESENVOLVE)

Entre os direitos e garantias expressos no art. 5.º da Constituição Federal, encontra-se a previsão de que

- a) qualquer pessoa terá direito de petição aos Poderes Públicos, mediante pagamento de taxa.
- b) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.
- c) os autores gozarão de privilégio ilimitado na utilização de seus inventos industriais.
- d) é possível a interceptação de comunicações telefônicas para fins cíveis e criminais.
- e) aos autores pertence o direito exclusivo de reprodução de suas obras por cem anos.

26. 2016 - Procurador (IPSMI)

De acordo com a Constituição Federal de 1988,

- a) o direito à saúde é direito social, de segunda geração, garantido apenas aos brasileiros natos ou naturalizados.
- b) a lei não poderá restringir a publicidade de atos processuais.
- c) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, exclusivamente, os crimes de tortura, terrorismo, racismo e homofobia.
- d) é garantido o direito à herança, desde que respeitada a função social da propriedade.
- e) é possível a extradição de qualquer brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, praticados antes ou depois da naturalização.

27. 2013 - Polícia Civil - SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- a) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo censura ou necessidade de prévia licença.
- c) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.
- d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo a lei estabelecer restrições quanto às qualificações profissionais.

e) É plena a liberdade de associação, independentemente de sua finalidade e ainda que de caráter paramilitar.

28. 2014 - Executivo Público (SAP SP)

Sobre a pena de morte no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- a) ela é aplicável a condenados reincidentes nos crimes de latrocínio ou estupro seguido de morte.
- b) ela só é aplicável em caso de guerra declarada.
- c) a Constituição permite sua aplicação em casos de terrorismo transnacional.
- d) ela é aplicável a crimes militares em tempo de paz ou de guerra.
- e) a Constituição não permite sua aplicação em nenhuma hipótese.

29. 2016 - Assistente Administrativo I (UNESP)

A Constituição Federal determina que a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, constitui crime

- a) afiançável.
- b) prescritível e sujeito à pena de reclusão.
- c) inafiançável e imprescritível.
- d) sujeito à pena de banimento.
- e) inafiançável e sujeito à pena de trabalhos forçados.

30. 2016 - Oficial de Promotoria (MPE SP)

A prática do racismo constitui crime

- a) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, nos termos da lei.
- b) imprescritível e insuscetível de suspensão de direitos e de multa.
- c) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- e) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de prestação social alternativa.

31. 2013 - Polícia Civil - SP - Escrivão de Polícia

Assinale a alternativa cuja afirmação está, expressamente, de acordo com a Constituição Federal brasileira.

- a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, em ambos os casos, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal.

b) A lei penal não retroagirá, salvo para punir o réu nos casos de cometimento de crime hediondo ou de racismo.

c) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.

e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que prévia e devidamente autorizado pela autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

32. 2016 - Notário e Registrador (TJ SP)

São direitos fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal:

a) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

b) o devido processo legal, a gratuidade do registro civil de nascimento para os reconhecidamente pobres, a livre manifestação do pensamento, e a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, quando verossímeis os fatos alegados ou for ele hipossuficiente.

c) a razoável duração do processo, a propositura de ação privada para os crimes de ação pública, quando esta não for intentada no prazo legal, a ação de habeas data, e a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

d) a ação de habeas corpus, a liberdade de associação, a vedação no processo das provas obtidas por meios ilícitos, a erradicação da pobreza, e a soberania.

33. 2013 - Câmara São Carlos - Advogado Legislativo

Fixando os Vereadores do Município de São Carlos a sua própria remuneração, para que essa possa vigorar na própria legislatura, caracteriza-se ato inconstitucional lesivo ao patrimônio material e à moralidade administrativa. A respeito de tais fatos, qualquer cidadão pode ajuizar

a) arguição de descumprimento de preceito fundamental.

b) mandado de segurança.

c) ação direta de inconstitucionalidade.

d) ação popular.

e) ação civil pública.

34. 2013 - MPE - ES - Agente Técnico - Contador

Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.

a) São gratuitas as ações de habeas corpus e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

b) No ajuizamento do habeas data, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.

d) É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

e) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

35. 2013 - Fundação Casa - SP - Analista Técnico - Assistente Social

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

a) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou ordem da autoridade administrativa.

b) são gratuitos a todos os brasileiros, na forma da lei, os registros civis.

c) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

d) é livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.

e) não haverá em hipótese alguma prisão civil por dívida.

36. 2014 - Notário e Registrador (TJ SP)

A Constituição Federal, na parte em que trata dos direitos e garantias fundamentais, especificamente nos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece a gratuidade para os reconhecidamente pobres, na forma da lei,

a) somente do registro civil de nascimento e da certidão de casamento.

b) somente do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.

c) somente da certidão de óbito.

d) somente do registro civil de nascimento.

37. 2013 - MPE - ES - Agente de Promotoria - Secretaria

No tocante aos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) Não cabe mandado de segurança em relação a punições disciplinares militares.
- b) A ação de habeas corpus pode ter, na qualidade de paciente, uma pessoa jurídica.
- c) O mandado de injunção pode ter, no polo passivo da ação, uma pessoa jurídica de direito privado.
- d) A ação de habeas data tem por fim assegurar o conhecimento de informações de interesse particular, coletivo ou geral, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- e) Um dos pressupostos para a propositura da ação popular é a existência de lesividade ao meio ambiente.

38. 2014 - Escrivão de Polícia (PC SP)

Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

- a) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- b) Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- c) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a privação ou a restrição da liberdade, a perda de bens e o banimento.
- d) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o racismo, a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e os definidos como crimes hediondos.
- e) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento com terrorismo.

39. 2016 - Notário e Registrador (TJ SP)

A duração razoável do processo

- a) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se no âmbito judicial e administrativo, e tem aplicação imediata.
- b) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se apenas no âmbito judicial, e tem aplicação imediata.
- c) não é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se no âmbito judicial e administrativo, e tem aplicação imediata.

d) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se apenas no âmbito judicial, e não tem aplicação imediata.

40. 2016 - Notário e Registrador (TJ SP)

Cidadão que pretende obter em repartição pública, certidão para fins de defesa em processo penal, e se vê diante de negativa do referido órgão, deverá ajuizar

- a) mandado de segurança, para defesa de seu direito fundamental a obter certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.
- b) habeas data, remédio constitucional previsto para conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) habeas corpus, já que por se destinar a certidão a surtir efeito em processo penal, poderá eclodir violação à liberdade de locomoção por ilegalidade.
- d) mandado de injunção, pois se cuida de omissão que torna inviável o exercício do direito à ampla defesa.

41. 2016 - Historiógrafo (FUNDUNESP)

João, por falta de norma regulamentadora, precisa que se torne viável a sua prerrogativa inerente à sua nacionalidade e cidadania. Para garantia desse direito, e conforme a Constituição Federal, João poderá impetrar

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança.
- c) habeas data.
- d) ação civil pública.
- e) ação popular.

42. 2016 - Procurador (IPSMI)

A ação popular, assim como o voto, a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo, configura-se como relevante instrumento de democracia direta e de participação política. A respeito da ação popular, assinale a alternativa correta.

- a) Pode ser proposta por qualquer brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Esse remédio constitucional tem por escopo anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- c) O autor da ação popular é isento de custas judiciais, salvo se a ação for julgada improcedente. Nesse caso, dispensa-se o recolhimento retroativo dos valores, sendo obrigatório, porém, o pagamento das custas judiciais a partir de então.

d) A propositura de ação popular, como forma de dar maior efetividade ao direito de petição e ao acesso à Justiça, tal qual o caso excepcional das ações propostas perante os juizados especiais cíveis, pode ocorrer sem a presença de advogado.

e) Trata-se de remédio constitucional que pode ser utilizado pelo Ministério Público em razão de pedido subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

43. 2015 - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (Pref SP)

Um dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal é o habeas data. Direito garantido à pessoa que o impetra para

a) conhecer as informações relativas à sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

b) salvaguardar seu direito de sigilo em possíveis e futuras convocações para depor no âmbito da justiça.

c) prevenção antecipada para afastar qualquer tipo de ameaça ou constrangimento ilegal à sua pessoa.

d) prevenir uma possível ação criminal que, contra tal pessoa, esteja na iminência de acontecer.

e) se precaver quanto a informações pessoais, específicas do ponto de vista econômico-financeiro, que possam ser divulgadas pelos órgãos de imprensa.

44. 2016 - Analista (AMLURB)

Nos termos da Constituição da República, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania,

a) conceder-se-á mandado de injunção.

b) será cabível o ajuizamento do habeas data.

c) o prejudicado poderá impetrar habeas corpus.

d) caberá ação popular.

e) o cidadão poderá impetrar mandado de segurança.

45. 2015 - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)

Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar que

a) não pode haver prisão civil por dívida, exceto nos termos estabelecidos pela própria Constituição.

b) não é possível a concessão de habeas corpus quando alguém se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, devendo a violência ou coação estarem concretizadas.

c) pode ser concedido mandado de injunção caso a norma regulamentadora viole o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

d) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

e) qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo.

46. 2016 - Juiz Estadual (TJ RJ)

O Decreto nº 678/92 promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, sendo certo que, segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, a norma ingressou no sistema jurídico pátrio no status de

a) Lei Ordinária.

b) Lei Complementar.

c) Norma supralegal.

d) Emenda à Constituição.

e) Norma Constitucional Originária, com fundamento no art. 5, § 3º, da Constituição Federal.

2.2 Direitos Sociais

47. 2017 - VUNESP - Procurador Jurídico (Andradina)

Nos termos do artigo 6º da Constituição Federal, é/são direito(s) social(is):

a) a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

b) a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

c) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

d) a aquisição da nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa.

e) o alistamento dos estrangeiros como eleitores e, durante o período do serviço militar obrigatório, dos conscritos.

48. 2013 - VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe

Prevê a Constituição Federal que são direitos sociais, dentre outros,

a) a educação, a saúde e a liberdade de reunião.

b) a educação, a segurança e o direito de propriedade.

c) o lazer, a segurança, a previdência social e a privacidade.

d) a saúde, a educação, o trabalho e a assistência aos desamparados.

e) a alimentação, a liberdade de locomoção e de manifestação do pensamento.

49. 2014 - VUNESP - Oficial Administrativo (PM SP)

Conforme estabelece a Constituição Federal, é um direito do trabalhador urbano ou rural, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

a) seguro-desemprego de até trinta dias, em caso de desemprego voluntário.

b) gozo de férias anuais remuneradas com cinquenta por cento a mais do que o salário normal.

c) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

d) diversidade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

e) distinção de salário entre trabalhador manual, técnico ou intelectual.

50. 2014 - VUNESP - Advogado (DESENVOLVE)

Visando a proteção da mulher nas relações de trabalho, a Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos sociais, prescreve que

a) a concessão de licença à gestante será de noventa dias, sem prejuízo do salário e do emprego.

b) é facultativa a dispensa da trabalhadora gestante, durante a gravidez.

c) não há possibilidade de permanência dos filhos da trabalhadora no local de trabalho, durante o período de amamentação.

d) deve haver a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

e) é facultativa a diferença de salário, de critérios de admissão e de exercício de funções por motivo de sexo.

51. 2013 - Polícia Civil - SP - Agente Policial

É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em

a) cem por cento.

b) setenta por cento.

c) trinta por cento.

d) vinte por cento.

e) cinquenta por cento.

52. 2015 - VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)

É correto afirmar que a Constituição Federal

a) inseriu a propriedade entre os direitos sociais.

b) garantiu aos trabalhadores o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

c) conferiu direitos sociais diferenciados aos trabalhadores urbanos e rurais, tendo em vista as particularidades do exercício de cada um desses trabalhos.

d) possibilitou o trabalho noturno, perigoso ou insalubre apenas a maiores de 16 anos, proibindo-o aos maiores de 14 e menores de 16 anos que trabalham na condição de aprendiz.

e) inseriu entre os direitos dos trabalhadores a irredutibilidade do salário, salvo, contudo, o disposto em convenção ou acordo coletivo.

53. 2013 - TJSP - Escrevente

A Constituição Federal estabelece como o direito dos trabalhadores urbanos e rurais

a) o décimo terceiro salário, com base no vencimento básico ou no valor da aposentadoria.

b) o repouso semanal remunerado aos domingos.

c) o gozo de férias anuais remuneradas com, no máximo, um terço a mais do que o salário normal.

d) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.

e) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas.

54. 2014 - VUNESP - Oficial Administrativo (PC SP)

Assinale a alternativa que está de acordo com as disposições constitucionais sobre os direitos do trabalhador brasileiro.

a) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.

b) É direito do trabalhador jornada de doze horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

c) O trabalhador tem o direito de gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, duas vezes mais do que o salário normal.

d) O trabalhador tem direito a receber, anualmente, o décimo terceiro e o décimo quarto salários.

e) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

55. 2014 - VUNESP - Analista Organizacional (PRODEST)

A Constituição Federal estipula que é livre a associação profissional ou sindical, observada, entre outras regras, a seguinte:

- a) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- b) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial.
- c) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, limitado a questões administrativas extrajudiciais.
- d) a diretoria do sindicato fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha.
- e) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical.

2.3 Nacionalidade

56. 2013 – Escrevente TJSP

Nos termos da Constituição Federal, são brasileiros natos:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência, por um ano ininterrupto, e idoneidade moral.
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil até a maioridade.
- c) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- d) os nascidos no estrangeiro, desde que de pai brasileiro e de mãe brasileira.
- e) os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

57. 2015 - VUNESP - Escrivão de Polícia Civil (CE)

Considerando as disposições constitucionais a respeito da nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- b) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigido aos originários de países de língua portuguesa apenas idoneidade moral.

c) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal.

d) Aos estrangeiros com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro.

e) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

58. 2015 - VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)

Ricardo, cuja mãe é brasileira e cujo pai é chileno, nasceu no México, durante uma viagem de sua mãe a esse país, a serviço do Brasil. Nos termos da Constituição Federal, Ricardo

- a) é brasileiro nato.
- b) poderá naturalizar-se brasileiro caso venha a residir por pelo menos 1 ano ininterrupto no Brasil.
- c) poderá naturalizar-se brasileiro caso opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, ainda que resida no estrangeiro.
- d) será considerado brasileiro nato, desde que sua mãe retorne ao Brasil imediatamente após o término do serviço.
- e) não poderá naturalizar-se brasileiro, uma vez que seu pai é chileno.

59. 2013 - Polícia Civil - SP - Auxiliar de Papiloscopista Policial

João Pereira, sendo naturalizado brasileiro, poderá

- a) sofrer distinção legal em relação aos brasileiros natos, ainda que a hipótese discriminatória não esteja prevista na Constituição Federal.
- b) perder a nacionalidade, por ato administrativo, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- c) ocupar o cargo de Presidente do Senado Federal.
- d) ocupar o cargo de Vice-Presidente da República.
- e) alistar-se como eleitor.

60. 2017 - VUNESP - Assistente Administrativo I (UNESP)

Conforme estabelece a Constituição Federal, são dois exemplos de cargos públicos privativos de brasileiro nato:

- a) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas.
- b) de Deputado Federal e de Presidente da República.

- c) de Senador da República e de Ministro de Estado da Defesa.
- d) de Deputado Federal e de Deputado Estadual.
- e) de Vereador e da carreira diplomática.

61. 2013 - TJ - SP - Juiz

É (São) cargo(s) eletivo(s) privativo(s) de brasileiros a) natos ou naturalizados o cargo de Presidente do Senado Federal.

b) natos ou naturalizados o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

c) natos o cargo de Presidente das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal).

d) natos os cargos de Deputado Federal e de Senador da República.

62. 2016 - VUNESP - Analista Legislativo (CM Registro)

Nos termos da Constituição Federal, é privativo do brasileiro nato o cargo de

- a) Prefeito Municipal.
- b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Ministro de Estado da Fazenda.
- d) Ministro de Estado da Justiça.
- e) Ministro de Estado da Defesa.

63. 2016 - VUNESP - Procurador Jurídico (CM VP)

Cidadão brasileiro estabelece residência em Nova Iorque e lá permanece por muitos anos e, preenchendo os requisitos impostos pela legislação norte-americana, pleiteia a naturalização, para que passe a ser nacional dos Estados Unidos. Tendo sido concedido o pedido pelo governo americano, é correto afirmar que o Cidadão

a) passará a gozar de dupla nacionalidade, pois a acumulação de nacionalidades é admitida pela Constituição Federal, mas apenas para o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira, como no caso em tela.

b) poderá ter declarada a perda da nacionalidade brasileira, se a norma estrangeira não impuser a naturalização como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

c) não poderia ter formulado o pedido de naturalização ao governo americano sem antes comunicar ao governo brasileiro sua intenção de renunciar à nacionalidade brasileira, o que torna o ato nulo.

d) precisa, para manter as duas nacionalidades, submeter o ato de concessão da nacionalidade derivada pelo governo americano a um processo de homologação perante o Ministério das Relações Exteriores.

e) passará a gozar de dupla nacionalidade, mas, em relação à nacionalidade brasileira, esta ficará limitada, sendo-lhe atribuídos somente os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado, nos termos da Constituição.

2.4 Direitos Políticos

(Apenas para a Polícia Civil)

64. 2014 - VUNESP - Assistente (PRODEST)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu Capítulo IV, referente aos Direitos Políticos, que o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:

a) os povos indígenas, os quilombolas e as populações ribeirinhas.

b) os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

c) os analfabetos, os maiores de sessenta anos e os menores de quinze anos.

d) as populações carcerárias, os enfermos crônicos e os inválidos.

e) os militares da ativa, os com direitos políticos cassados e os com direitos políticos suspensos.

65. 2013 - Polícia Civil - SP - Investigador de Polícia

Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal brasileira, é correto afirmar que

a) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

b) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos e os maiores de sessenta anos.

c) a idade mínima para elegibilidade ao cargo de Vereador é de vinte e um anos.

d) os direitos políticos poderão ser cassados em decorrência da sentença criminal condenatória transitada em julgado.

e) o militar é inalistável e inelegível.

66. 2014 - VUNESP - Oficial Administrativo (PC SP)

Considerando o que dispõe a Constituição Federal a respeito dos direitos políticos, é correto afirmar, a respeito dos analfabetos, que

a) não podem se alistar como eleitores.

b) podem ser eleitos apenas para o cargo de Vereador.

c) podem candidatar-se apenas para o cargo de Prefeito.

- d) não podem votar.
- e) são inelegíveis.

67. 2014 - VUNESP - Oficial Administrativo (PC SP)

A idade mínima para alguém eleger-se ao cargo de Vereador é de

- a) 16 anos.
- b) 21 anos.
- c) 18 anos.
- d) 25 anos.
- e) 35 anos.

68. 2014 - VUNESP - Auxiliar Judiciário (TJ PA)

A idade mínima para alguém candidatar-se a Presidente e Vice-Presidente da República e Senador é de

- a) 35 anos.
- b) 30 anos.
- c) 25 anos.
- d) 40 anos.
- e) 21 anos.

69. 2013 - MPE - ES - Agente de Promotoria - Secretaria

Em relação aos direitos políticos, constitucionalmente previstos, assinale a alternativa correta.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- b) São inelegíveis os parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau, do Presidente da República ou de quem os haja substituído dentro dos doze meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros domiciliados no Brasil e os militares, desde que não conscritos.
- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, mas não será aplicada à eleição que ocorrer até um ano da data de sua vigência.
- e) A filiação partidária não constitui uma das condições de elegibilidade.

70. 2015 - VUNESP - Procurador Jurídico (Suzano)

Segundo a Constituição Federal, para concorrerem a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito:

- a) os Prefeitos, os Vereadores e os Governadores de Estado e do Distrito Federal.
- b) os Vereadores, os Deputados federais e estaduais e os Senadores.
- c) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Federais e os Senadores.
- d) os Prefeitos e os Vereadores.
- e) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos.

3 Administração Pública

3.1 Disposições Gerais

71. 2015 - VUNESP - Auxiliar Administrativo (CM Itatiba)

Os cinco princípios básicos da administração pública que estão expressamente previstos na Constituição Federal são:

- a) Razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.
- b) Ampla defesa, proporcionalidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.
- c) Contraditório, legalidade, moralidade, finalidade e eficiência.
- d) Publicidade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.
- e) Publicidade, legalidade, moralidade, ampla defesa e proporcionalidade.

72. 2015 - Analista (Pref SP)/Informações, Cultura e Desporto/Biblioteconomia

O artigo 37 da Constituição Federal define os princípios que norteiam a Administração Pública. É correto afirmar que o princípio da Moralidade

- a) foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, em função dos inúmeros casos de corrupção no país.
- b) diz respeito à obrigatória divulgação dos atos, contratos e outros instrumentos da Administração Pública.
- c) estabelece que qualquer atividade da Administração Pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza.
- d) define que a Administração Pública e seus atos estão restritos aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar sob pena de invalidade do ato e responsabilização do seu autor.
- e) atribui ao administrador público a obrigação de agir segundo os bons costumes, princípios de justiça, equidade e honestidade.

73. 2016 - VUNESP - Assistente Administrativo I (UNESP)

João prestou concurso público para o cargo de Assistente Administrativo no “campus” da UNESP de São João da Boa Vista e foi aprovado. Segundo a Constituição Federal, o prazo de validade desse concurso será

- a) de um ano, prorrogável duas vezes por igual período.
- b) de até um ano, prorrogável por dois anos.
- c) de até um ano, improrrogável.
- d) de dois anos, prorrogável uma vez por um ano.
- e) de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

74. 2015 - Assistente Legislativo (CM Caieiras)

Nos termos do que prescreve o artigo 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogáveis por duas vezes, por igual período.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) As funções de confiança serão exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, ou função temporária.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

75. 2016 - VUNESP - Oficial de Promotoria (MPE SP)

As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas

- a) à administração fazendária e aos seus servidores fiscais.
- b) às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) aos casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) às autarquias, empresas públicas e suas subsidiárias.
- e) aos servidores com acumulação remunerada de dois cargos públicos.

76. 2015 - Delegado de Polícia Civil (CE)

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de

- a) dois cargos técnicos com outro de professor.
- b) dois cargos científicos com outro de professor.
- c) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- d) um cargo técnico com outro científico.
- e) dois cargos de professor com outro técnico, em autarquias ou fundações.

77. 2013 - UNESP - Motorista - São José dos Campos

Conforme estabelece a Constituição Federal, é permitida a acumulação remunerada de cargos quando houver compatibilidade de horários, entre outros, no caso de

- a) dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.
- b) três cargos ou empregos privativos ou públicos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.
- c) dois cargos de professor com outro de pesquisador científico.
- d) dois cargos de técnico com outro cargo científico.
- e) três cargos de professor.

78. 2013 - SEDU - SP - Analista Administrativo

Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a Administração Pública.

- a) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- b) É vedado ao servidor público civil participar ou ser membro de associação sindical.
- c) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) Não serão admitidas, no serviço público, contratações de pessoal por tempo determinado.
- e) A investidura em cargo ou emprego público, incluindo os cargos em comissão, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

79. 2016 - Procurador (IPSMI)

O teto do funcionalismo tem como base parâmetros distintos a depender do ente federativo e da esfera de Poder. Assim, conforme previsão constitucional,

a) no âmbito do Poder Judiciário Estadual, o teto equivale ao subsídio mensal dos Desembargadores do TJ, limitado a 85,75% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

b) no âmbito do Município, tanto na esfera legislativa como na executiva, o teto equivale ao subsídio do Prefeito.

c) no âmbito do Poder Legislativo estadual, o teto equivale ao subsídio mensal do Governador de Estado.

d) os tetos da Magistratura federal e estadual são idênticos, equivalendo a 85,75% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

e) no âmbito do Poder Legislativo Municipal, o teto equivale ao subsídio mensal dos Vereadores.

80. 2016 - Secretário Geral (CM Pradópolis)

Segundo a regência constitucional, no que se refere à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos ou naturalizados, na forma da lei.

b) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

c) É vedada a vinculação, mas permitida a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

d) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

e) Somente por lei específica poderá ser criada sociedade de economia mista, mas a criação de suas subsidiárias independe de autorização legislativa.

81. 2015 - Auditor Municipal de Controle Interno (SP)

A empresa de direito privado "X" foi regularmente contratada pelo Município para prestar determinado serviço público. Durante a execução do serviço, a empresa "X", por uma ação do seu funcionário, veio a causar prejuízo financeiro à empresa "Y", não usuária do referido serviço. Nessa situação, segundo o disposto na Constituição Federal e o entendimento do STF, a respeito da eventual responsabilidade da empresa "X", é correto afirmar que

a) não responde diretamente pelo prejuízo causado, vez que essa responsabilidade é do Município que a contratou.

b) responde por responsabilidade objetiva, mesmo a empresa "Y" não sendo usuária do serviço.

c) responde por responsabilidade subjetiva, tendo em vista que a prejudicada não é usuária do serviço.

d) tem responsabilidade subsidiária e o Município contratante responsabilidade objetiva.

e) tem responsabilidade subjetiva e solidária com o Município contratante.

3.2 Servidores Públicos

82. 2015 - Assistente Legislativo (CM Caieiras)

Ao Servidor Público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição correta e em conformidade com a Constituição Federal:

a) quando em mandato eletivo distrital, não poderá se afastar de seu cargo, emprego ou função.

b) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, devendo, obrigatoriamente, receber a remuneração do mandato eletivo.

c) investido no mandato de Vereador, será obrigado a se afastar do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

d) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para os efeitos legais.

e) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

83. 2016 - Agente de Administração (IPREF)

Na hipótese de um servidor público efetivo da Administração Pública vir a ser eleito para mandato de deputado estadual, a Constituição Federal estabelece que ele

a) deverá ser demitido do seu cargo efetivo.

b) poderá acumular o cargo com o mandato, desde que haja compatibilidade de horários.

c) deverá pedir exoneração do cargo.

d) ficará afastado do seu cargo.

e) poderá acumular o cargo com o mandato, desde que haja autorização da autoridade competente.

84. 2013 - Polícia Civil - SP - Papiloscopista Policial

Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade

a) após dois anos contados da sua nomeação para o cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

b) após três anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação técnica da sua chefia imediata que deverá ser ratificada pelo Secretário de Estado da respectiva Pasta.

c) após dois anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

d) após três anos contados da sua nomeação para o cargo e mediante a avaliação técnica da sua chefia imediata que deverá ser ratificada pelo Governador do Estado.

e) após três anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

85. 2013 - Polícia Civil - SP

Considerando o disposto na Carta Magna brasileira, é correto afirmar sobre a estabilidade do servidor público:

a) o servidor público estável somente poderá perder o cargo por sentença judicial.

b) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável não poderá ser colocado em disponibilidade.

c) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

d) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele não poderá ser reintegrado se o seu cargo já estiver ocupado.

e) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após três anos, contados da sua nomeação.

86. 2013 - Câmara Bragança Paulista - Procurador Jurídico

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

a) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.

b) Os proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos dos Municípios, por ocasião de sua concessão, só poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, nos casos em que o tempo de contribuição superar o de efetivo exercício.

c) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial julgada em 2ª instância.

d) Como condição para a aquisição da estabilidade, é facultada a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

e) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

87. 2016 - Agente de Administração (IPREF)

A Constituição Federal assegura aos servidores ocupantes de cargo público, dentre outros, o seguinte direito aplicável aos demais trabalhadores:

a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.

b) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

c) fundo de garantia do tempo de serviço.

d) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

e) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

4. Poder Judiciário (art. 92)

(Apenas para o Tribunal de Justiça)

88. 2011 - VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)

Assinale a alternativa que contempla somente órgãos integrantes do Poder Judiciário.

a) Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Tribunais e Juízes Militares.

b) Superior Tribunal de Justiça; Defensoria Pública; Tribunais e Juízes do Trabalho.

c) Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público dos Estados; Conselho Nacional de Justiça.

d) Procuradoria Geral do Estado; Tribunais e Juízes Militares; Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios.

e) Tribunais e Juízes do Trabalho; Tribunais e Juízes Militares; Conselho Nacional do Ministério Público.

89. 2009 - VUNESP - Notário e Registrador (TJ SP)

É integrante do Poder Judiciário o

a) Tribunal de Contas.

b) Juiz Militar.

c) Juiz de Paz.

d) Ministro da Justiça.

90. 2014 - VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)

Dentre os órgãos do Poder Judiciário, pode(m)-se citar:

a) os Tribunais e Juízes Militares.

b) o Conselho de Defesa Nacional.

c) o Tribunal de Contas da União.

d) o Ministério Público.

e) o Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

5. Segurança Pública (art. 144)

(Apenas para a Polícia Civil)

91. 2014 - VUNESP - Atendente de Necrotério Policial (PC SP)

Prevê o artigo 144 da Constituição Federal que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para

- a) reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- b) prevenir o contrabando e o descaminho.
- c) a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- d) servir de força auxiliar e reserva do Exército.
- e) a obtenção da pacificação dos conflitos sociais.

92. 2017 - VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJM SP)

Nos termos da Constituição Federal, os policiais militares estaduais têm, entre suas funções,

- a) a segurança nacional, se o caso.
- b) a garantia dos poderes constitucionais.
- c) a preservação da ordem pública.
- d) a de polícia judiciária.
- e) a apuração de infrações penais.

93. 2014 - Investigador de Polícia (PC SP)

Exercer as funções de polícia marítima e aeroportuária, conforme dispõe o texto constitucional, é uma função da

- a) Polícia Federal.
- b) Polícia Civil.
- c) Guarda Nacional.
- d) Polícia Militar.
- e) Guarda Municipal.

94. 2014 - Delegado de Polícia (PC SP)

Nos termos da Constituição Federal, os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas

- a) à execução de atividades de defesa civil.
- b) ao patrulhamento ostensivo das vias públicas municipais.
- c) às funções de polícia judiciária e à apuração de infrações penais.
- d) à proteção de seus bens, serviços e instalações.

e) ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública.

95. 2014 - Fotógrafo Técnico-Pericial (PC SP)

A Constituição da República Federativa do Brasil, por meio do seu artigo 144, dispõe, entre outras coisas, que a polícia federal destina-se a apurar infrações penais

- a) voltadas à preservação ostensiva da ordem pública.
- b) contra a ordem política e social.
- c) contra a ordem econômica e cultural do país.
- d) decorrentes do patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- e) por meio do patrulhamento ostensivo e planejado.

96. 2014 - VUNESP - Oficial Administrativo (PC SP)

Nos moldes da Constituição Federal, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, incumbem

- a) ao Ministério Público.
- b) à Polícia Federal.
- c) ao Poder Judiciário.
- d) às Procuradorias Estaduais.
- e) às Polícias Cíveis.

97. 2017 - VUNESP - Tecnólogo de Administração (PM SP)

A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas, compete

- a) exclusivamente à União, que a exercerá por meio da polícia federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira.
- b) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, que exercerão tal função por meio da polícia federal e das polícias cíveis estaduais.
- c) no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.
- d) exclusivamente aos Municípios, que deverão instituir órgãos de trânsito locais e dotá-los de agentes organizados em carreira.
- e) exclusivamente aos Estados, que a exercerão por meio dos Departamentos Estaduais de Trânsito, os quais deverão assumir a forma de autarquia e integrar a Administração Indireta.

Gabarito

01 – B	02 – B	03 – E	04 – D	05 – A	06 – A	07 – A	08 – B	09 – A	10 – D
11 – D	12 – D	13 – A	14 – E	15 – A	16 – D	17 – A	18 – D	19 – C	20 – C
21 – A	22 – C	23 – A	24 – A	25 – B	26 – E	27 – A	28 – B	29 – C	30 – C
31 – C	32 – C	33 – D	34 – D	35 – C	36 – B	37 – E	38 – A	39 – A	40 – A
41 – A	42 – B	43 – A	44 – A	45 – A	46 – C	47 – A	48 – D	49 – C	50 – D
51 – E	52 – E	53 – E	54 – A	55 – E	56 – C	57 – E	58 – A	59 – E	60 – A
61 – C	62 – E	63 – B	64 – B	65 – A	66 – E	67 – C	68 – A	69 – D	70 – E
71 – D	72 – E	73 – E	74 – C	75 – B	75 – C	77 – A	78 – A	79 – B	80 – D
81 – B	82 – E	83 – D	84 – E	85 – C	86 – A	87 – E	88 – A	89 – B	90 – A
91 – C	92 – C	93 – A	94 – D	95 – B	96 – E	97 – C			